

JUSCELINO, BRIZOLA, PAULO COUTO

*São Leopoldo, Porto Alegre, Rio de Janeiro
terão algo a ver entre si?*

RENÉ E. GERTZ

ANOS ATRÁS, FUI CONVIDADO POR LUIZ ANTÔNIO DE ASSIS BRASIL PARA FALAR da elaboração de textos sobre temas históricos, num evento dedicado à criação literária. Como me faltassem elementos para uma exposição mais teórica, abstrata, discorri sobre minhas intenções ao escrever o livro *O aviador e o carroceiro: política, etnia e religião no Rio Grande do Sul da década de 1920* (2002). Tendo sido um fracasso total de vendas, cabia abordar a distância entre os objetivos que eu tinha em mente, e aquilo que os leitores, possivelmente, esperavam, melhor aquilo que faltou para que o texto tivesse uma recepção mais favorável por parte deles (Cf. GERTZ, 2010). Ficou claro que eu havia exagerado na tentativa de “experimentação” quanto à forma – independente do conteúdo –, pois o texto não é precedido de qualquer introdução explicativa, sequer coloquei títulos nos capítulos.

Este texto aqui também é “experimental”, em sentido diferente. Agora caberá mostrar como se chegou ao tema, e quais foram os caminhos de pesquisa percorridos para *tentar* esclarecer questões dele derivadas. Como pano de fundo, há, ao menos, três questões: a) como se pode ou deve estudar as relações entre história política local, regional, nacional (e até internacional)?; b) uma pesquisa histórica precisa ter, necessariamente, sua origem em derivações teóricas? – o manuseio de fontes não pode levar à descoberta de

questões a serem solucionadas?; c) para fazer jus ao qualificativo de “ciência histórica”, nossas pesquisas precisam de rigor, para não correrem o risco de se transformar em narrativas ficcionais – por mais plausíveis e verossímeis que possam parecer –, que, na verdade, não se distinguem de narrativas literárias, jornalísticas, “opinativas”, mas que não resistem a tentativas de refutação (Karl Popper) ou ao “veto das fontes” (Reinhart Koselleck).

O episódio aqui abordado se insere num projeto de pesquisa sobre “o rescaldo da Segunda Guerra Mundial no Rio Grande do Sul”, uma continuidade de meus estudos mais antigos envolvendo aspectos político-culturais das regiões de colonização alemã no estado, no período histórico que vai da proclamação da República ao Estado Novo (1937-1945). Entrementes, publiquei vários textos menores enfocando temas referentes ao período pós-guerra¹. Entre os assuntos que, necessariamente, deveriam ser abordados, está a identidade étnico-cultural das populações de origem alemã no Rio Grande do Sul, um dos elementos mais recorrentes naquilo que acontecera antes e durante a guerra. Sempre mantive distanciamento em relação a esse tema, pois é difícil realizar pesquisas consistentes a respeito – como se pode avaliar, com um mínimo de objetividade, a presença e a intensidade da identidade étnica no conjunto da população, e que validade mais geral possuem eventuais “estudos de caso”, geograficamente limitados? A situação é um pouco menos problemática quando se trata de evidenciar aquilo que se costuma chamar de “ideologia germanista” ou “germanismo”, elaborações discursivas de elites intelectuais, que defendiam desde a preservação da “pureza racial” (condenando casamentos interétnicos) até a manutenção da língua alemã e de práticas culturais consideradas típicas do grupo². Sob este prisma, claro, há possibilidades de evidenciar o conteúdo de “discursos”, e eventuais tentativas de colocá-los em prática.

E é deste último aspecto que aqui se trata. Mesmo com estudos ainda escassos, historiadores apontam para o movimento “Socorro Europa Faminta” (SEF), criado em 1946, como uma das primeiras tentativas para rearticular a população de origem alemã no Brasil, após os traumas vividos durante a guerra. Seu objetivo era angariar alimentos, roupas e dinheiro para a po-

¹ Cf. GERTZ (2013a; 2013b; 2014; 2015; 2016; 2018a).

² Entre os estudos clássicos a respeito, cabe referir SEYFERTH (1981).

pulação da Alemanha devastada pela guerra. Apesar de que jesuítas gaúchos tivessem sido os principais agentes do empreendimento, pastores e leigos luteranos também participaram. Além do objetivo declarado e da efetivacoleta de donativos para enviar à Alemanha, as lideranças teriam perseguido o fim “germanista” subjacente de reanimar e mobilizar alemães e descendentes daqui em sua identidade, fomentar seu sentimento de unidade. Essa mobilização estendeu-se por cerca de três anos (1946-1949)³. Com seu epicentro em Porto Alegre, a historiografia indica, de forma plausível, que a SEF desembocou na fundação de um “Centro Cultural 25 de Julho”, associação recreativa-cultural que sobrevive até hoje, na Capital gaúcha⁴ (Cf. GOODMAN, 2015, p. 156-185).

Suposto ou efetivo sucesso desse centro teria servido de base para duas outras entidades “germanistas”, entre 1950 e 1952. Se a SEF tivera como promotores mais destacados cidadãos católicos, estas foram capitaneadas por luteranos, ainda que católicos não estivessem ausentes. A primeira foi o jornal *Brasil-Post*, idealizado por um gaúcho, e que teve entre seus principais financiadores iniciais empresários gaúchos, ainda que sua sede estivesse em São Paulo (Cf. WOLFF, 2010). A outra, surgida em 1952, foi a Federação dos Centros Culturais 25 de Julho. Como o nome diz, foi uma tentativa de congregar associações como o centro cultural de Porto Alegre. Notícias sobre centros em Blumenau e Panambi, aparentemente, animaram a empreitada, imaginando-se uma entidade que congregaria todos esses centros de “germanidade”, promoveria a mobilização entre a própria população de origem alemã, mas também constituiria uma entidade representativa dos seus interesses “para fora”, isto é, frente ao Estado brasileiro e à sociedade envolvente. Em termos “internos”, o objetivo era promover atividades culturais de caráter “alemão” (canto, teatro etc.), em termos “para fora”, caberia pleitear nova decretação do 25 de julho como feriado, seja municipal, estadual ou federal, autorização para ensinar a língua alemã ao menos como “língua estrangeira”

³ Cf. FERNANDES (2005); GOODMAN (2015).

⁴ A data no nome (25 de julho) lembra a chegada dos primeiros imigrantes alemães a São Leopoldo, em 1824. Um “movimento pró 25 de julho” havia surgido na década de 1930, quando, sob um clima político favorável durante o governo de Flores da Cunha, se festejaram os 110 anos da imigração alemã para o estado (1934), momento em que a data, inclusive, foi transformada em feriado estadual, como “Dia do colono”, tendo continuado com algum tipo de comemoração anual, até a fuga do governador e a decretação do Estado Novo, no segundo semestre de 1937.

nas escolas; além disso, consta, nas manifestações programáticas, a necessidade de divulgar a história da imigração e colonização alemãs no Brasil, a fim de evidenciar sua importância para o país⁵. Por tudo isso, a Federação dos Centros Culturais 25 de Julho – cuja sede foi em São Leopoldo – se compreendia como a mais importante agência de “germanismo”, no pós-guerra.

E é aqui que começa a parte da história que nos interessa. Sem dúvida, a pessoa mais destacada da Federação foi Fritz Rotermund, filho de um conhecido “germanista” do Rio Grande do Sul, o pastor Wilhelm Rotermund, fundador de uma editora que publicava material religioso, educacional e cultural, em alemão, com destaque para o *Kalenderfür die Deutschen in Brasilien*⁶, do qual, na década de 1920, eram vendidos 30.000 exemplares anuais⁷ (Cf. DREHER, 2014). Fritz Rotermund fora figuraimportante do “movimento pró 25 de julho” lá na década de 1930, fato que lhe valeu o título de “pai” do mesmo. Também ocupou, nos primeiros anos, o mais importante cargo da Federação, o de secretário-geral. Mesmo tendo abandonado essa função, de 1955 para 1956, continuou sendo a figura central do grupo de sete pessoas que constituíram o “núcleo duro”⁸. Por esse motivo, sabedor da existência de um arquivo com documentação que lhe pertenceu, no Museu Histórico Visconde de São Leopoldo, foi óbvio que o mesmo deveria ser consultado para a pesquisa sobre a população de origem alemã no pós-guerra. De forma inesperada, esse arquivo, porém, só contém documentos de 1934-1937, 1956 e 1961. Como, neste momento, a documentação referente ao primeiro período não interessava, cabia verificar que havia na de 1956. Constituída de correspondência ativa e passiva de Rotermund, mostrou-se rica em informações sobre a situação da Federação e temas afins, naquele ano.

A imagem evidenciada na documentação de 1956 não é, porém, a de nenhuma Federação a pleno vapor, com força e eficácia para propagar “ideologia” e os princípios “germanistas”, mas, sim, pelo contrário, uma instituição em profunda crise, como mostrado em outros lugares (Cf. GERTZ, 2018b, p. 970-974; GERTZ, 2019, p. 394-396). “Internamente”, faltava dinheiro

⁵ Cf. GERTZ (2018b; 2018c; 2019).

⁶ Almanaque para os alemães no Brasil.

⁷ Os dados numéricos estão em GERTZ (2002, p. 35).

⁸ Em ordem alfabética: Balduino Rambo, Bruno Born, Carlos Oscar Kortz, Fritz Rotermund, Klaus Becker, Leopoldo Petry, Theo Kleine.

para qualquer ação; ajuda financeira de empresários porto-alegrenses prometida, lá no início, acabou não se concretizando⁹ (GERTZ, 2018b, p. 971), e não havia outras fontes de recursos, porque até os centros culturais que a Federação *pretendia* congregar não vieram a existir, e, muito menos, a proliferar em massa. “Externamente”, forças contrárias ao ideário que ela defendia contestavam-na. Dois exemplos ilustram a situação: a) um dos ideais defendidos era a conservação da língua alemã, e, por isso, lutava para que voltasse a ser ensinada nas escolas, ao menos como “língua estrangeira”; neste sentido, seu presidente, no momento, Bruno Born, encaminhara à Secretaria de Educação do Rio Grande do Sul, em 1952, então como prefeito de Lajeado, um pedido. Em 10 e 17 de março de 1956, respectivamente, nas páginas 9 e 8 do *Correio do Povo*, o integrante do Conselho Estadual de Educação Floriano Maya D’Avila publicou extensa matéria radicalmente contrária à pretensão; na correspondência de Rotermund, há várias passagens em que lamentou a total impossibilidade de qualquer reação a este parecer desfavorável. b) Ao menos na gestão do primeiro embaixador alemão ocidental do pós-guerra no Brasil, Fritz Oellers (1951-1956), as atividades do “movimento pró 25 de julho” eram vistas com desconfiança, por supostas ou efetivas afinidades com o passado “germanista”/nazista, de forma que a Federação não contou com a benevolência das autoridades diplomáticas alemãs, e, muito menos, recebeu auxílio material (Cf. BARBIAN, 2014, p. 272-284). Em carta de Fritz Rotermund ao cônsul alemão em Porto Alegre, Hans-Joachim Hagemann, que estava se despedindo de suas funções, datada de 20 de março de 1956, lê-se:

⁹ Neste caso, tratou-se de uma promessa inicial do empresário Benno Mentz, que acabou não sendo cumprida. Mesmo que sem qualquer evidência concreta, pode-se arriscar a hipótese de que parte da elite econômica de origem alemã de Porto Alegre, após certo entusiasmo inicial em apoiar iniciativas “germanistas”, mudou de rumo. Na mesma direção de Mentz, apesar de constar como importante apoiador inicial da *Brasil-Post* (GERTZ, 2018c, p. 789). A. J. Renner, em nenhum momento, aparece como contribuinte da Federação, ainda que continuasse a distribuir dinheiro a outras entidades, como se pode ler nas memórias de Hans Günther Naumann (2009, p. 106), diretor da Escola Normal Evangélica, de São Leopoldo: “Em princípios de maio de 1954 me telefonou [Otto Renner]: ‘Compareça na sede da empresa Renner, em Navegantes, no dia 7 de maio, às 10 horas da manhã. Meu pai, por ocasião de seu 70º aniversário, fará algumas doações a diversas instituições: à Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, à Escola de Teologia, à Escola Normal Evangélica, à Paróquia Evangélica de Navegantes [Porto Alegre] e a uma instituição do Sínodo Luterano [...]. O senhor vai receber um cheque de cem mil cruzeiros’. Era uma soma elevadíssima”. Como se vê, à exceção da Santa Casa de Misericórdia, tratava-se de instituições ligadas à “colônia alemã” luterana, mas não de instituições que se dedicassem a uma metafísica “ideologia do germanismo” ou da “germanidade”.

O objetivo desta carta é fazer-lhe um dramático apelo pessoal por uma intermediação junto ao Ministério das Relações Exteriores [da Alemanha], já que eu temo muito que a oposição oficial [isto é, dos integrantes da embaixada alemã no Brasil] nos leve a uma situação lamentável, pois é evidente que justamente estas instâncias estão nos criando enormes dificuldades para atingirmos nossos objetivos, instâncias das quais nós deveríamos poder esperar benevolência, compreensão e apoio, mas das quais só tenho a esperar encrenca e frustração¹⁰.

Quatro meses depois, em carta a Walter Ahrends, sem data, mas posterior a 25 de julho de 1956, Rotermond escreveu que na embaixada alemã “está se condenando [a Federação], porque ela representaria uma atividade política disfarçada, re-negando-a e, inclusive, combatendo-a¹¹”. Nessas condições, mesmo que comemorações do 25 de julho constassem do programa da entidade, o máximo que podia ser feito não passava de algumas tentativas de reunir pequenos grupos de pessoas para uma palestra alusiva à data.

Além desse problema, em carta de 8 de maio de 1956, a Bruno Born, então presidente da Federação dos Centros Culturais 25 de Julho, Rotermond comentou que, em conversa com Theo Kleine, secretário-geral, ficou “sabendo que nossa crônica falta de dinheiro, em breve, pode virar um desastre”, porque não haveria como cobrir as obrigações financeiras pendentes. “Provavelmente tu te lembrás que na nossa reunião de novembro eu me declarei disposto a empreender, contigo e com o Kortz, uma caçada a dinheiro. Meu desafio e minha disposição foram bem recebidos, mas - - -!”. No final da longa carta com lamúrias sobre a total bancarrota financeira, está a seguinte observação:

Mesmo que ainda houvesse outros assuntos, para encerrar, a maior das novidades: hoje passou aqui teu companheiro Kuhn trazendo a notícia de que [Paulo Costa da Silva] Couto (prefeito [de São Leopoldo]) pretende festejar o 25 de julho de forma extraordinária e grandiosa, pensando, para isso, em convidar desde Juscelino até

¹⁰ Carta existente no Arquivo Rotermond, depositado no Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (esse arquivo, de agora em diante, será referido como AR/MHVSL). Tradução minha (REG). Como tanto a correspondência ativa quanto a passiva de Rotermond está quase integralmente em alemão, deixará de ser aposta a informação sobre a tradução, devendo pressupor-se que todas as citações constituem traduções feitas por mim (REG).

¹¹ AR/MHVSL.

lá embaixo. A ideia é abranger todo (!!!) o estado! Naturalmente, esperam que eu colabore, em princípio na organização, coisa para a qual não tenho nenhuma vontade. Brrrrrr!!!!. [...]. Não sei como posso me safar dessa, pois, com minha pressão sanguínea em 9, me falta qualquer interesse e força vital”¹².

Vinte dias depois, em carta de 27 de maio, a Klaus Becker, Rotermund comentou os projetados grandiosos festejos do 25 de julho, destacando, com ênfase, que estariam previstas para transcorrer ao longo de três dias. Reafirmou que não pretendia envolver-se; contou que lhe perguntavam sobre os objetivos, mas não teria clareza a respeito. Ouviu que estaria sendo travada uma discussão a respeito do nome a ser dado à coisa – “Dia do colono” ou “Dia do imigrante”. Como os “nativistas”¹³ defenderiam “imigrante”, contra “colono”, pois este último simbolizaria os alemães, concluiu: “Se é assim, então eu sou a favor de ‘colono’”¹⁴.

Em carta de apenas quatro dias depois (31 de maio) à *Brasil-Post*, Rotermund pediu que fosse publicada uma matéria sobre os festejos do prefeito de São Leopoldo, a partir de informações por ele fornecidas, “não por último como forma de mostrar que estamos interessados nas atividades programadas, mesmo que não estejam orientadas em sentido étnico [*völkisch*], como nós queremos que o 25 de julho seja encarado”. Em 23 de junho, escreveu carta ao médico Friedrich Tempel, de Taquara, classificando os festejos como “circo do 25 de julho”, temendo “que a coisa não irá corresponder àquilo que os cabeças¹⁵ estão sonhando”. Em carta a Klaus Becker do dia seguinte (24 de junho), a palavra “circo” apareceu duas vezes, e Rotermund reafirmou temer que não daria em nada, até por falta de tempo para a preparação. Mas, “em todo caso, nós só aproveitamos aquilo que pode servir-nos, sobretudo que o 25 de julho seja popularizado, e que possamos vir a ler [na imprensa], sem as restrições usuais, muitas coisas sobre a imigração alemã. Essas vantagens precisamos aproveitar a nosso favor”¹⁶.

As fontes até aqui apresentadas não deixam dúvida de que a decisão de promover uma festa dos 132 anos da imigração alemã, em São Leopoldo, em 1956, *não ocorreu* por iniciativa da entidade que se apresentava como a mais representativa agência de fomento da “germanidade”, a Federação dos

Centros Culturais 25 de Julho¹⁷. Claro, a correspondência de Rotermund indica que o mentor e promotor do evento, o prefeito Paulo Couto, sinalizou aproximação aos “germanistas”, da mesma forma que Rotermund não descartou a possibilidade de se aliar ao “circo”, com a justificativa de que caberia aproveitar a oportunidade para gerar dividendos para a causa. Mas é necessário destacar, com toda ênfase, que, independente dos motivos que levaram o prefeito a promover o “circo”, está muito claro que se tratou de uma decisão que não derivou de motivações ou pressões “étnicas” nem culturais no sentido “germanista”.

Apesar das preocupações de Rotermund de que o “circo” daria em nada, os festejos aconteceram, e foram classificados de grandiosos. Eles não se estenderam apenas por três dias, como anunciado inicialmente, mas por cinco. Como os três dias indicados (23, 24 e 25 de julho) estivessem antecedidos por um sábado e um domingo, houve, já nestes dois dias, torneios de bolão, tênis, xadrez, tiro ao prato, futebol amador e profissional, exposição de cães, em vários distritos do então ainda grande município; esse tipo de atividades continuou nos dias seguintes, quando – ao esporte e à diversão – se juntaram atos maissolenes, como a chegada do fogo simbólico, na noite do dia 23, vindo de quatro municípios de colonização alemã¹⁸, solenidade em que discursou o importante político gaúcho Othelo Rosa, ex-candidato a governador; no dia 24, houve cultos, missas, grande concerto de um grupo musical de Blumenau. Etudo culminou, na quarta-feira, dia 25, em um grandioso desfile de carros alegóricos, além de um comovente ato de encerramento junto ao Monumento ao Imigrante¹⁹. Mesmo que Juscelino não tenha comparecido, estiveram presentes deputados federais, estaduais, o governador Ildo Meneghetti, vários prefeitos e outras autoridades. Uma opinião insuspeita foi a de Fritz Rotermund, que escreveu o seguinte, em relato para a *Brasil-Post*, de 28 de julho de 1956, após enumerar, por extenso, as diferentes atividades e os diferentes atos festivos:

¹⁷ Mesmo que esses festejos fossem promovidos como “Dia do colono”, e que, de fato, se enfatizasse que não se tratava de uma festa exclusiva para “alemães”, pretendendo rememorar e homenagear os “colonos” de todas as “etnias” presentes no estado, é óbvio que a referência fundamental – tanto naquilo que tange à data quanto ao local – apontava para a imigração/colonização alemã.

¹⁸ Candelária, Arroio do Meio, Rolante e Canela.

¹⁹ A programação está publicada no *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 22 de julho de 1956, p. 7.

Através do Dr. Paulo Couto, chegou-se mais próximo do objetivo de conferir ao 25 de julho um reconhecimento nacional, pois não há dúvida de que com a colonização iniciou, neste país, uma nova era naquilo que tange ao comércio, à indústria, à ciência, à cultura e à política, como foi demonstrado nos últimos dias, em discursos e em publicações da imprensa. Para dizer algo sobre o transcurso e sobre a participação popular, podemos afirmar, sem qualquer dúvida, que aqui aconteceu algo “como nunca antes tinha acontecido...!”. [São Leopoldo] presenciou, sobretudo no dia 25, um “grande dia”, como, provavelmente, nem na festa do centenário [em 1924] presenciou. [...]. Pudemos vivenciar que o 25 de julho aqui, de fato, sem decreto, sem lei, sem portaria, se transformou num dia nacional, ao qual se ligam nossos corações, pois ali esteve representada a nossa história, a história de nossas famílias²⁰.

Em outro relato para a *Brasil-Post*, do dia 6 de agosto, Rotermund arrolou novos detalhes da festa, para concluir que

é impossível estabelecer o número exato de pessoas que participaram na tarde do último dia da festa, em especial no desfile de carros alegóricos. Se um jornal calculou que foram 70.000, muitos entendidos palpitam que este número não foi exagerado. De acordo com informações recebidas de instâncias competentes, quase 20 municípios enviaram representantes, que foram nossos hóspedes²¹.

Em resumo: mesmo que “germanistas” tenham aderido, e até feito elogios à festa, não foram eles que a motivaram nem lhe deram orientação ou foram responsáveis por sua organização e execução. Pelo contrário, há indícios de que o prefeito Paulo Couto colocou limites à sua presença na preparação e realização. Neste sentido, cabe conferir quem foram os integrantes das diversas comissões organizadoras, sobretudo aquelas de maior importância (ao todo, foram oito) – não apareceu um único nome ligado à Federação

²⁰ AR/MHVSL.

²¹ AR/MHVSL. Neste documento, Rotermund informou que o prefeito de Santa Cruz do Sul comprometeu-se a promover festa idêntica, em 1957. Caberia verificar se ela se realizou, e, em caso positivo, que dimensões atingiu.

dos Centros Culturais 25 de Julho. Na Comissão de Honra, havia apenas um nome concreto, o coronel Riograndino da Costa e Silva, comandante da guarnição militar local, os demais integrantes foram apenas referenciados como “prefeito de ...” ou “presidentes da Câmara de Vereadores de...”. Na Comissão Central, certamente a mais importante, Paulo Couto foi presidente, e entre os demais nove integrantes havia, no mínimo, dois nomes que despertam curiosidade, Carlos de Souza Moraes e o coronel Mário Fonseca. O primeiro era “nativista” histórico, que havia publicado o livro *A ofensiva japonesa no Brasil* (1942²²), fora secretário da prefeitura de São Leopoldo de 1937 a 1944, período em que se registraram diversas manifestações suas não exatamente elogiosas à suposta ou efetiva “germanidade” da população local; com a renúncia de Theodomiro Porto da Fonseca, em 1944, foi nomeado prefeito, cargo que exerceu até 1945, voltando a exercê-lo, mais uma vez, de 1946 a 1947²³. O segundo era coronel do exército, filho do citado ex-prefeito e irmão do “nativista” histórico Remy Fonseca, por isso, é difícil pressupor nele tendências “germanistas”²⁴. Muito significativa é a lista de nomes da Comissão de Propaganda, pois nela consta, além dos dois recém citados, o de Othon Blessmann, “nativista” histórico, mais notório que Carlos de Souza Moraes; participou da depredação do jornal dos Rotermund (GERTZ, 2002, p. 238), e, ainda na década de 1970, estava difundida, entre grande parte da população de São Leopoldo, a convicção de que comandou a depredação do Monumento ao Imigrante, em 1942. Interessante é que, como último integrante desta comissão, consta “presidente do jornal *Brasil-Post*” – cabe res-

²² A primeira edição é de 1937.

²³ SANTOS (2018). Dados sobre Carlos de Souza Moraes estão nas páginas 122-124.

²⁴ Theodomiro Porto da Fonseca foi prefeito de São Leopoldo de 1928 a 1944 (SANTOS, 2018, p. 124-125). Desconhecem-se fontes ou estudos sistemáticos sobre suas opiniões ou comportamentos em relação aos “alemães”. Há indicações de que tenha sido liberal, tolerante, até condescendente (afinal, vivia em São Leopoldo desde a virada do século XIX para o XX, e, ali, casara com uma Ries). Neste sentido, Hans Günther Naumann (2009, p. 64) escreveu, ao comentar que no seminário luterano Instituto Pré-Teológico, localizado no Morro do Espelho, em São Leopoldo, professores alemães continuaram a lecionar em alemão, durante toda a Segunda Guerra Mundial, quando fora dali pessoas poderiam ser presas e torturadas por terem pronunciado uma única palavra nessa língua: “Talvez fosse a influência do prefeito de São Leopoldo, Theodomiro Porto da Fonseca, que fez com que a cidade fosse poupada da perseguição policial aos alemães e seus descendentes, que em muitas outras cidades e vilas assumiu proporções tão desagradáveis”. Mas o próprio filho de que estamos tratando (Mário Fonseca) escreveu, em texto biográfico (1974, p. 170), que, em alemão, “só sabia a palavra ‘Wasser’”. Quanto ao irmão Remy Fonseca, há registros de ter sido um “nativista” histórico, tendo estado presente no empastelamento do jornal *Deutsche Post*, de propriedade dos Rotermund, em 1928 (GERTZ, 2002, p. 242).

saltar que sua sede se localizava em São Paulo, situação que dificilmente lhe permitiria qualquer interferência, em São Leopoldo, no Rio Grande do Sul.

Não há espaço para evidenciar a importância que a historiografia tem atribuído à “ideologia germanista”, e uma suposta presença maciça de “germanidade”, dela derivada, entre a população de origem alemã no Rio Grande do Sul. Mesmo que nem sempre explicitada, uma visão muito difundida é a de atribuir-lhe uma capacidade excepcional para produzir realidade histórica, mais ou menos como se ela fosse uma variável independente onipotente, que explicaria quase por completo o transcurso histórico nas regiões de colonização alemã. Os dados e fatos aqui apresentados, envolvendo o episódio dos festejos dos 132 anos de imigração alemã, no entanto, são muito consistentes para justificar a afirmação de que, *no mínimo*, não é bem assim, que a citada historiografia, com muita frequência, se deixou levar por aparências, por preconceitos do senso comum, incorrendo em lamentável falta de rigor, que se exige na “ciência histórica”.

Com a constatação de que os festejos, decidida e definitivamente, não derivaram da “ideologia germanista” nem foram promovidos por “germanistas”, impõe-se a pergunta por sua motivação efetiva. E aí, nos defrontamos com dois problemas de difícil solução: a) que *tipo* de motivação ela teve?; b) os interesses de que pessoa(s), grupo(s) ou instância(s) estiveram em jogo, nesta empreitada?

Se o restante deste texto será dedicado à uma *tentativa* de responder à segunda pergunta, não há como negar dificuldades em relação à primeira, porque, em tese, se poderia pressupor que o prefeito Paulo Couto tivesse organizado a festa para atrair turistas, e, assim, angariar fundos para seu projeto de governo, que incluía uma série de obras, admitidas até pelos “germanistas”²⁵, que a motivação, portanto, teria sido econômica²⁶. Nesta mesma linha, poderíamos imaginar a festa como motivação para a população trabalhar e produzir mais, a fim de melhorar a situação dos cofres públicos. Mas também poderíamos imaginar – repita-se: em tese – que, como a população de São Leopoldo estava dividida em duas grandes confissões religiosas, o objetivo

²⁵ *Brasil Post*, São Paulo, 23 de junho de 1956, p. 6.

²⁶ A motivação turístico-econômica está muito presente em políticas mais recentes ao divulgar o caráter “germânico” da região. Cf. WEBER (2006).

poderia ter sido o de promover uma confraternização entre elas, ou, ainda, aumentar a autoestima de uma delas, para não se sentir inferiorizada diante da outra. Como, porém, não temos elementos nem se consegue imaginar a existência de fontes que pudessem ajudar na comprovação dessas hipóteses, não há outra solução a não ser a de tomar uma decisão “arbitrária”, derivada do bom senso, e partir do pressuposto de que aquilo que motivou a festa foram interesses de ordem *política*. E é nesta direção que se *tentará avançar*, de agora em diante.

A primeira investida para tentar descobrir objetivos políticos subjacentes aos festejos da imigração alemã deve ter em mente, obviamente, o próprio prefeito que as promoveu, ou a política local. Mas há dificuldades, pois desconhecemos estudos e informações básicas sobre a política em São Leopoldo e seu prefeito. Através de um manual de história política do município, sabemos apenas que nas eleições de 1955 PTB, PSD e PL apresentaram candidatos próprios ao executivo, de forma que só o PRP poderia ter feito coligação com outro partido. A votação para o legislativo mostra que o PTB, mesmo não alcançando maioria absoluta, obteve votação sólida (8 vereadores, enquanto o PSD elegeu 4, o PL 3 e o PRP 2) (MOEHLECKE, 2011, p. 153-155). A respeito de Paulo Couto, sabe-se que foi eleito deputado estadual pelo PTB, em 1947, depois foi deputado federal (1951-1955)²⁷. Uma análise de sua atuação como deputado poderia trazer subsídios sobre seu posicionamento em relação à imigração alemã, mas essa tarefa requereria grande investimento de tempo – e poderia terminar sem resultados. Independente de tudo isso, existe uma informação sobre sua atuação enquanto deputado federal – portanto, no período imediatamente anterior à eleição para prefeito – que não sugere grandes pendores “germanistas”, pois “foi vice-presidente do diretório central da Liga de Emancipação Nacional, organização que tinha por objetivo a defesa das liberdades democráticas e a luta pelo desenvolvimento econômico independente do Brasil²⁸”. Portanto, pertenceu à ala mais nacionalista do PTB, e deve ter defendido posições à esquerda, classificação que ninguém se arriscaria a atribuir à “ideologia” e à prática “germanistas”, e

²⁷ Disponível em: <http://www.fgv.br/Cpdoc/Acervo/dicionarios/verbete-biografico/paulo-costa-da-silva-couto>. Acessado em 26/7/2019.

²⁸ Idem.

à própria “colônia alemã”, justamente tida como nazista na guerra, e como continuando arquivada, no pós-guerra.

Se, na falta de informações mais densas sobre o prefeito Paulo Couto e sobre aquilo que possa ter sido sua visão da “colônia alemã”, ampliarmos o espectro, incluindo referências históricas do PTB gaúcho, elas apontam para problemas de relacionamento entre “colonos” (“alemães” e “italianos”) e o partido. Ainda que se desconheçam estudos mais densos sobre este aspecto, alguns trabalhos mais recentes ajudam²⁹. Assim, encontramos em Marcos Jovino Asturian um item intitulado “a batalha pelo voto na zona colonial”, no qual transcreve um “a pedido” do PSD contra o candidato do PTB a governador do estado, em 1947, Alberto Pasqualini, nos seguintes termos: “Está ainda viva na lembrança das populações dos municípios coloniais os vexames, as perseguições e as afrontas sofridas [sic]. [...] quem, neste tempo, mandava [...] no Brasil? O sr. Getúlio Vargas! [...]. Nada fez pela colônia o sr. Alberto Pasqualini”. Panfletos do PSD em alemão e italiano associavam os petebistas ao comunismo. Em resposta, panfleto do PTB, intitulado “revivem, através do PSD, os métodos da camarilha nazista que ensanguentou o mundo e degradou a humanidade”, dizia: “o que causa indignação não é propriamente o fato de estar redigido numa língua estrangeira. [...]. O que repugna nesse boletim é sua linguagem nazista”, pois, além de aliado com o PRP (os antigos integralistas, vistos como nazistas), o PSD utilizaria técnica nazista de classificar como comunistas partidos verdadeiramente democráticos, como o PTB. O PSD retrucou, acusando os adversários de virem “procurando suscitar na região colonial italiana a luta racial, com os slogans de que Pasqualini é [...] ‘enviado do governo da Itália para proteger os italianos do Rio Grande’”. Acusações semelhantes se repetiram na eleição de 1950, quando o PSD, por exemplo, publicou uma matéria intitulada “o Rio Grande que julgue! Com quem estão os comunistas?”, relacionando tanto Vargas quanto Ernesto Dornelles aos comunistas, acusando o primeiro pela legalização do PCB, em 1945, e o segundo por ter votado, como senador, em 1947, contra sua cassação. “Além disso, o PTB era acusado de utilizar folhetos com a fotografia de Cylon Rosa e de Luiz Carlos Prestes como se fosse propaganda comunista, e

²⁹ Cf. ASTURIAN (2011); CRUZ (2010); FERNANDES (2013).

distribuí-la na *zona colonial do estado*³⁰ (ASTURIAN, 2011, p. 105-106). Não há dúvida de que a imagem que aqui transparece é, no mínimo, a de uma relação problemática entre o PTB e a assim chamada “colônia” gaúcha.

João Batista Carvalho da Cruz não faz referência especial às relações entre os partidos e a “colônia”, mas, num item dedicado à “Liga Eleitoral Católica e ‘os supremos interesses da consciência cristã’”, destaca, com base em estudos de Carla Rodeghero (2003), que os efeitos da LEC se fizeram sentir com ímpeto especial “sobre as populações rurais, em especial nas zonas coloniais”. E nesse contexto, transcreve documentos parecidos com aqueles apresentados por Marcos Jovino Asturian, onde integrantes do PSD acusam os do PTB de comunismo, e, inversamente, há acusações destes contra os primeiros de estarem mancomunados com o nazismo, acusação que, de fato, atinge a “colônia”. Também este autor cita panfleto distribuído pelo PSD, em alemão, que dizia: “Aos colonos. [...] Votai em Walter Jobim, o candidato do governo. Não vos deixeis conduzir pelo Partido Trabalhista, fundado por Getúlio Vargas, pois este tem o mesmo programa do Partido Comunista, e se porta como um comunista disfarçado”. A reação do PTB foi a de ligar o PSD ao nazismo: “É a ideia nazista que aí reponta, clara e insofismável. [...] O sr. Walter Jobim, tal qual o ‘*gauleiter*’ do Terceiro Reich, apresenta-se como ‘*der regierungskandidat*’, isto é, candidato do governo”³¹ (CRUZ, 2010, p. 138-139). Mesmo que se trate de troca de acusações na luta por votos, mais uma vez fica claro que a “colônia” – em especial a “alemã” – aparece como tendo uma relação, no mínimo, problemática com o PTB.

Ainda que não tenhamos dados sobre aproximações de Paulo Couto com Leonel Brizola, há, no mínimo, dois motivos para envolver este último no imbróglio, pois: a) ambos pertenciam à ala nacionalista do PTB; b) conhecendo aquilo que aconteceria poucos anos depois (em 1958), isto é, uma aproximação com o PRP, visto como partido dominante na “colônia”, ela já poderia ter estado em gestação, neste momento. Claro, esses dois elementos quase como se excluem mutuamente, mas permitem levantar a possibilidade hipotética de que Couto quisesse ajudar seu correligionário numa aproximação com eleitores da região “colonial”, coisa que efetivamente aconteceu em 1958,

³⁰ O grifo na última frase é meu (REG).

³¹ Pelas indicações de datas de publicação, conclui-se que são dois textos diferentes.

quando Brizola fez coligação com o PRP, partido que, sem dúvida, possuía uma densidade eleitoral maior na “colônia” que nas demais regiões do estado.

Como o trabalho de Vinicius dos Santos Fernandes (2013) analisa a atuação de Brizola como deputado estadual, entre 1947 e 1953, tentou-se achar nele eventuais informações sobre seu pensamento e sua ação em relação à “colônia”. Mas a única passagem em que esse tema aparece é aquela em que é analisada a indicação de Ernesto Dornelles como candidato a governador, em 1950. Baseado em livro de Miguel Bodea (1992), Fernandes afirma que essa escolha “cumprira a tarefa ainda de angariar votos nas regiões de colonização italiana e alemã do estado, regiões reconhecidamente de baixo desempenho eleitoral do PTB, pois, durante sua interventoria, Dornelles teria cessado o processo de nacionalização dos imigrantes”. Mesmo que para Brizola também valha a afirmação já feita em relação a Paulo Couto de que deveria ser feita uma leitura sistemática de seus discursos parlamentares, há indícios de que ele tenha assumido a posição aparentemente mais difundida no PTB, isto é, de distanciamento em relação à “colônia”. Nas suas falas publicadas num dos volumes dos “perfis parlamentares”, não encontramos elogios à população “colonial”, e, pelo contrário, nos deparamos com ao menos uma referência na linha das posições já citadas: criticou o prefeito Romeu Scheibe (PSD), de Carazinho, por ter fomentado a publicação de panfleto em língua alemã com propaganda a favor de Jobim. O panfleto perguntava: “Quem mandou teu filho para a guerra? Foi o Getúlio” (BRIZOLA, 2004, p. 338-339).

As “memórias” de um político muito ligado a Brizola trazem observações interessantes. Em determinado momento de seu relato, Sereno Chaise se refere a uma viagem dele com Brizola a Novo Hamburgo, para encontrar Wolfram Metzler, então presidente do PRP/RS, a fim de articular uma coligação para as eleições a governador, em 1958. Essa viagem deve ter ocorrido entre outubro de 1956 e outubro de 1957, período em que Metzler exerceu o citado cargo. Mesmo que — claro —, na distância do tempo, não se possa cobrar do memorialista precisão cronológica, isto é, que sua fala, 50 anos após o acontecido, reproduza exatamente aquilo que ele pensou e sentiu no dia da viagem, não há dúvida de que os termos de sua manifestação refletem o clima reinante na cabeça de parte não desprezível dos petebistas quanto às relações do partido com a “colônia”. As palavras utilizadas são exatamente estas:

chegamos à conclusão da conveniência de um acerto com o PRP (Partido de Representação Popular) [para as eleições de 1958, a governador do estado, com Brizola como candidato]. Na colônia, a LEC (Liga Eleitoral Católica) tinha muita força. *A colônia nos atacava barbaramente, que éramos comunistas, ‘comunistas de assar criancinhas no espeto’, inimigos da família, da decência, da pátria.* O PRP era um antídoto para isso. Mostrava que nós não tínhamos nada a ver com os comunistas³² (KLÖCKNER, 2007, p. 46).

Essa visão sobre a incompatibilidade entre PTB e “colônia” perpetuou-se na historiografia clássica. Assim, Miguel Bodea, referindo-se à campanha eleitoral de Alberto Pasqualini a governador, em 1947, escreveu: “No dia 20 de dezembro [1946], o candidato *aventurou-se* na zona colonial alemã, realizando comício na próspera cidade industrial de São Leopoldo”. Mais adiante, afirmou que “a disputa mais acirrada travava-se na chamada ‘zona colonial’, onde o PTB procurava furar, desesperadamente, o bloqueio imposto ao trabalhismo pela aliança PSD/PRP e pelo clero católico”. Essas afirmações se referem à campanha de 1947, mas mesmo em relação à campanha do mesmo candidato em 1954 há frases como esta: “dia 29 [de setembro], Pasqualini falava pela última vez aos seus compatriotas teuto-brasileiros na tradicional São Leopoldo”³³ (BODEA, 1992, p. 49, 50 e 124, respectivamente). Por que essa observação, se não estivesse convicto de que o relacionamento problemático continuava? Em livro de Maria Isabel Noll e Hélió Trindade (2004, p. 91), encontramos a seguinte afirmação, ao destacarem que, nas eleições de 1958, “para enfrentar o poderio crescente da aliança [anti-PTB], [este] decide, paradoxalmente, coligar-se com o PRP”. Mesmo “espúria em termos ideológicos”, a coligação conseguiu manter este último partido longe do bloco anti-PTB, “*e permitiu a penetração do PTB nas regiões de colonização italiana e alemã*”. Esta última parte da frase, grifada por mim, sugere que o PTB estivesse, politicamente, ausente e desconhecido na “colônia”. Há, porém, indícios de que a historiografia possa ter incorrido num pequeno deslize para o qual se costuma alertar estudantes de História, nas primeiras etapas do curso — que o historiador deve desconfiar, sempre, das palavras, das justificativas para

32 Os grifos foram acrescentados por mim (REG).

33 Grifo acrescentado por mim (REG).

ações dos atores históricos. No presente caso, há indicadores que justificam suspeitar da historiografia, porque a refutam, em sentido popperiano.

Nas eleições de 1945, o PTB/RS só elegeu um deputado federal, Getúlio Vargas, mas não deixa de ser curioso que os dois primeiros suplentes fossem Arthur Fischer e Albino Hillebrand. Fischer, de Venâncio Aires, exerceu mandato na constituinte federal e depois foi deputado ordinário, já que Vargas não exerceu este mandato; Hillebrand, de Carazinho, havia, como prefeito, autorizado a concessão de certa quantia em dinheiro para que o então jovem Brizola pudesse mudar-se para Porto Alegre, nos anos 1930³⁴ (BRIZOLA, 2004, p. 20). Em 1947, o PTB elegeu como deputados estaduais Egydio Michaelsen, Jorge Germano Sperb e João Lino Braun – o primeiro de São Sebastião do Caí, o segundo de São Leopoldo, e o terceiro de Estrela. Nas eleições de 1950, Germano Dockhorn, de Três de Maio, então ainda pertencente a Santa Rosa, foi eleito deputado federal, e como deputados estaduais Siegfried Emanuel Heuser, João Lino Braun, Theobaldo Neumann, Alfredo Leandro Carlson – ignoremos Theobaldo Neumann, odiado “canibal de alemães” (*Deutschenfresser*), como policial, durante o Estado Novo. Quanto aos demais, não consta, porém, qualquer atrito com a “colônia alemã”³⁵. Em 1954, na última eleição antes de Brizola, supostamente, vir a popularizar o PTB na “colônia”, o partido elegeu Braun deputado federal e reelegeu Heuser e Neumann deputados estaduais.³⁶ Mesmo que os resultados dessas eleições de 1954 possam *sugerir* que a força do PTB na “colônia alemã” tenha diminuído, há, no mínimo, outro indicador que complica essa hipótese.

34 A respeito de Hillebrand, ver CAVALHEIRO (2004; 2005; 2008).

35 Heuser era de Santa Cruz do Sul, e Carlson de Santa Rosa. Informe-se aos puristas que este, de fato, era de origem sueca, mas não há dúvida de que representava a região muito “alemã” de Santa Rosa.

36 Os dados deste parágrafo foram buscados em *As eleições no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Edições Síntese, s. d.

	PTB	PSD	PRP
ARROIO DO MEIO	31,6%	44,8%	22,3%
CAÍ	31,9%	24,8%	31,9%
CANDELÁRIA	20,2%	30,3%	10,2%
CARAZINHO	26,2%	28,1%	13,3%
ESTRELA	38,1%	31,7%	13,3%
IJUÍ	25,8%	20,3%	35,8%
LAJEADO	34,8%	33,9%	20,3%
MONTENEGRO	37,5%	28,3%	7,9%
NOVO HAMBURGO	30,3%	10,8%	26,4%
SANTA CRUZ DO SUL	36,0%	19,8%	13,7%
SANTA ROSA	26,1%	34,7%	24,6%
SÃO LEOPOLDO	33,0%	16,7%	17,5%
SÃO LOURENÇO DO SUL	26,0%	23,6%	5,3%
TAQUARA	39,0%	17,4%	8,1%
TRÊS PASSOS	31,0%	20,1%	1,8%
VENÂNCIO AIRES	22,1%	20,1%	36,5%

Os percentuais de votos na eleição para deputado estadual mostram que, abstraindo de Arroio do Meio, Candelária, Carazinho e Santa Rosa – apenas *um quarto* dos municípios mais típicos de colonização alemã –, o PTB obteve, em *todos* os demais, percentuais superiores ao PSD; e mesmo para o PRP, cuja suposta presença acachapante na “colônia” costuma ser destacada com impressionante frequência, o PTB só perdeu em dois municípios (Ijuí e Venâncio Aires), empatou em outro (Caí), mas teve maioria simples dos votos nos demais. O fato de que o PTB possuísse maioria em 10 dos 16 municípios citados³⁷ constitui imperativo de lógica para classificar como, *no mínimo*, apenas meia verdade afirmações historiográficas no sentido de que o partido

FONTE
NOLL;
TRINDADE,
1995, p. 83-84.

A soma dos percentuais não resulta em 100%, porque foi omitido o percentual dos demais partidos.

³⁷ Num dos casos, empatado com o PRP.

era *desconhecido* na “colônia alemã”³⁸. Por tudo isso, considerando que o PTB venceu as eleições de 1955, para prefeito, no “berço da colonização alemã”, São Leopoldo, é possível que Paulo Couto tenha visto, com mais acuidade que seus correligionários e os próprios historiadores, o potencial eleitoral das populações “coloniais” a favor do partido, e tenha tentado “capturá-las” com a grandiosa festa que organizou – mas esta é apenas *uma* hipótese.

Miguel Bodea, apesar de insistir, ao longo de seu texto, na incompatibilidade entre PTB e “colônia”, sugere, porém, a certa altura, outra hipótese. Ela não é, necessariamente, contraditória, pois reduz a importância do caráter subjetivo presente na anterior, inclinando-se, aqui, para uma avaliação mais “estrutural”, da necessidade política realista de superação da imagem negativa construída pelo realismo político. Segundo ele, Vargas passou por Santa Cruz do Sul, em 21 de setembro de 1950, durante sua campanha eleitoral à presidência da República, e disse que não tinha culpa pelos excessos praticados pelos “nacionalizadores” de Cordeiro de Farias, nas “regiões coloniais”, de 1938 a 1943; que, quando tomou conhecimento daquilo que estava acontecendo, trocou este interventor por Ernesto Dornelles, o qual acabou com os abusos. Na continuidade, Bodea (1992, p. 77) afirma: “A partir daí, a ideia de uma aliança entre um PTB urbano, com forte base de sustentação operária, e setores da pequena propriedade agrícola esboça-se com crescente nitidez nas lideranças do trabalhismo gaúcho, particularmente na atuação dos dois jovens deputados estaduais oriundos da ala moça: Leonel Brizola e Fernando Ferrari”³⁹.

Como, até aqui, foram referidas hipóteses sobre interesses locais/regionais (São Leopoldo/Paulo Couto – Porto Alegre/Leonel Brizola), cabe aventar outra: a de que os festejos também tivessem a ver com o governo federal de Juscelino Kubitschek. Em tese, essa hipótese é plausível, porque o PSD/RS se opôs à candidatura JK, fato que teria aproximado o presidente do PTB/RS⁴⁰. Ele não era totalmente avesso a questões “étnicas”, tendo havido

³⁸ A listagem não inclui municípios como Cachoeira do Sul, Santo Ângelo e São Pedro do Sul, onde há áreas típicas de colonização alemã, com os seguintes resultados, respectivamente, PTB = 41,7%, 42,1%, 37,7; PSD = 29,6%, 33,4%, 29,2%; PRP = 6,0%, 10,4%, 12,1%, dados que reforçam meu argumento.

³⁹ Lembremos que Brizola fez uma primeira aproximação com o PRP quando concorreu a prefeito em Porto Alegre, em 1951; quando se elegeu em 1955, incluiu o perrepista Mário Maestri (sênior) em seu secretariado (CARDOSO, 2009, p. 118). Ver também: SILVA; CALIL (2000).

⁴⁰ Segundo Carlos E. Cortés (2007, p. 250), a vingança de Kubitschek contra o PSD gaúcho rebelde, que não

casos em que elas chegaram a influenciar sua política externa⁴¹. Em discurso durante ato promovido por instituições eclesásticas internacionais, em 26 de maio de 1958, disse: “Mas não necessitamos ir muito longe, pois aqui estou eu mesmo, com o meu nome indisfarçável, a tornar evidente que não veio, pelo menos parte de minha família, nas caravelas com os lusíadas, que criaram este país – mas de países definidos como de emigração” (KUBITSCHKEK, 1958, p. 12). Em suas memórias, relatou que seu bisavô-materno era tcheco da Boêmia, e pela dificuldade em pronunciar o sobrenome, acabou sendo “João alemão” (KUBITSCHKEK, 1974, p. 23-24). Nesse sentido, referências a sua viagem à Europa, antes da posse, em janeiro de 1956, fornecem mais algumas pistas. A viagem começou nos Estados Unidos, sem dúvida o destino politicamente mais importante, mas, naquilo que tange à Europa, a Alemanha, sem dúvida, foi vista como a etapa de maior peso. Roberto Campos escreveu, em suas memórias (1994, p. 287), que “seu esforço mais concentrado nesse sentido [de atrair investimentos] foi feito na Alemanha, que já tinha ressurgido da guerra com grande ímpeto industrial”. Alguns empresários alemães o conheciam do tempo de governador de MG, quando foi instalada a Mannesmann, a quem ele garantiu suprimento de energia. Claudio Bojunga (2010, p. 420) afirmou que “o maior esforço em conseguir investimentos para o Plano de Metas foi na Alemanha”. Assim, “com a eleição do presidente Juscelino Kubitschek, as relações do Brasil com a Alemanha se acentuaram e, no final de 1956, o Brasil já era o país estrangeiro onde a Alemanha mais fazia investimentos”⁴² (WELLS, 2012, p. 21).

Moniz Bandeira (1994, p. 113) enalteceu a visita: “No entanto, apesar da escassez de tempo, excepcional homenagem lhe foi, em Bonn, prestada. Pela primeira vez, o presidente da RFA, Theodor Heuss, recebeu para um pequeno almoço (*Frühstück*), ao meio dia, um visitante que chefe de Estado ainda não se tornara”. Há indícios de que, na tentativa de aproximação entre os dois

apoiou sua candidatura, assumiu várias formas, em especial, a ausência de dinheiro do Plano de Metas para o Rio Grande do Sul, em contrapartida apoiou Brizola como prefeito de Porto Alegre.

⁴¹ Segundo Paulo G. F. Vizentini (1995, p. 137), “um dos eixos básicos da política externa brasileira [ao menos num primeiro momento do governo JK] [...] foi a estreita cooperação com Portugal. *Em troca do apoio interno da comunidade portuguesa a seu governo, JK sustentava na ONU e em outros organismos internacionais a posição colonialista lusitana*”.

⁴² Este parágrafo privilegiou, sobretudo, bibliografia não acadêmica, sob o pressuposto de que ela refletiria de forma mais fiel que tratados rigorosamente científicos a percepção subjetiva dos atores contemporâneos.

países, ambos os lados tenham usado a “carta” presença de alemães e descendentes no Brasil. Em sua fala, Heuss destacou que possuía conhecidos no Rio de Janeiro, em São Paulo, Porto Alegre e Blumenau, os quais, sempre que vinham à Alemanha, o visitavam. Por isso, ao lado da colaboração econômica, “*desejamos também firmar e aprofundar o elo cultural*”⁴³. JK, por seu lado, teria relatado, em conversa informal, a história que, mais tarde, repetiu em suas memórias – que, apesar de sua família paterna ser da Áustria [*sic*], seu bisavô era conhecido como “João alemão”; e em seu discurso de resposta a Heuss disse: “Muitos filhos da Alemanha vieram até nós, no passado, e se transformaram em frutíferos e exemplares cidadãos de meu país”⁴⁴. *Brasil-Post*, de 15 de setembro de 1956 (p. 1), noticiou que, em discurso no centenário de Ribeirão Preto (SP), destacou a importância da imigração para o Brasil, *lembrando seus inícios, em 1824, com alemães, lá em São Leopoldo*. Como gesto de boa vontade para com a Alemanha, *mas também para com alemães estabelecidos no Brasil*, em 30 de agosto do mesmo ano, assinou o decreto n. 39.869, que “dispõe sobre a liberação dos bens e direitos pertencentes a pessoas físicas e jurídicas alemãs e dá outras providências”. Essa era uma questão pendente, desde a guerra. Com a entrada do Brasil no conflito, haviam sido confiscados os bens dos “súditos do Eixo”. Em relação a italianos e japoneses, houvera uma legislação bem anterior, mas em relação a alemães houvera uma primeira tentativa só em 1950, a qual, porém, fora muito criticada, por ter sido apenas parcial.

Ainda que não haja como provar uma relação entre a iniciativa do prefeito de São Leopoldo em festejar o 25 de julho e interesses do governo JK, os fatos arrolados permitem levantar esta hipótese. E ela é reforçada por, no mínimo, um detalhe. Fernando Morais (1994, p. 573) relata que Assis Chateaubriand jogou “toda a força dos Diários Associados [...] na campanha de Juscelino Kubitschek”, e que ele esteve “comprometido com a candidatura do governador mineiro a ponto de transformar os Associados em uma rede de boletins oficiais da campanha”. Diante dessa afirmação, não deixa de ser significativo que, em escrito de Fritz Rotermund à *Brasil-Post*, de 19 de junho de 1956, se informava que, três dias antes, “membros da comissão central

⁴³ *Brasil-Post*, São Paulo, n. 272, 11/2/1956, p. 7. Grifo acrescentado por mim (REG).

⁴⁴ Respectivamente, *Brasil-Post*, São Paulo, n. 271, 4/2/1956, p. 16; e *Brasil-Post*, São Paulo, n. 272, 11/2/1956, p. 7.

local [dos festejos] foram convidados pelos ‘Diários Associados’ para um jantar em Porto Alegre, oportunidade em que se tornou público que este conglomerado se colocará a serviço das atividades do 25 julho, através de seus jornais e de suas estações de rádio”. E a promessa foi cumprida. A prova está na edição de 25 de julho de 1956 do *Diário de Notícias*, com quatro cadernos, total de 72 páginas, e que traz um editorial assinado por ninguém menos que o próprio Assis Chateaubriand, sob o título “Colono! Sangue novo para um Brasil nascente” (p. 4). Terá havido uma orquestração de dimensões nacionais, a partir de São Leopoldo?

Mesmo sob o risco de ser acusado de adepto de uma concepção “conspirativa” da História, termino com mais uma hipótese – sem provas, mas também plausível – sobre uma “trama” mais ampla que poderia ter sido “jogada” naquele momento. Sabe-se que na eleição de 1955 à presidência da República a disputa básica se travou entre Kubitschek e Juarez Távora; que a candidatura de Adhemar de Barros (PSP), em tese, “roubou” votos de JK, “à esquerda”; que, porém, é mais significativo que a candidatura de Plínio Salgado (PRP) “desviou” votos de Távora, “à direita” – cabe enfatizar que o percentual de votos de Salgado ficou próximo daquele pelo qual JK derrotou Távora, de forma que, sem essa candidatura, a vitória não estaria garantida. Gilberto Grassi Calil (2010, p. 145) afirmou que não se conhece prova documental de um acordo entre JK e Salgado, mas “objetivamente pode-se afirmar que a candidatura de Salgado efetivamente beneficiou Kubitschek”. Como nas eleições de 1954 o PRP/RS registrara o segundo maior número de votos no país, atrás, apenas, do PRP/SP, onde o partido tivera uma ascensão repentina entre 1950 e 1954, mais que dobrando o número de eleitores, enquanto aqui houvera um “crescendo estável” (CALIL, 2011, p. 370), o PRP do Rio Grande do Sul pode ter sido visto (e ter efetivamente funcionado) como elemento de ligação na “trama” aqui aventada. E constitui dado inquestionável que o PRP/RStinha sua maior densidade eleitoral na “região colonial”. Claudira Cardoso (2009, p. 179) mostrou que os “colonos” não constituíram apenas a maioria dos eleitores de base, mas que também entre os dirigentes regionais – num total de 94 sobrenomes – 66 eram de origem alemã e italiana, com uma pequena supremacia dos primeiros. Neste contexto, tentar conquistar essa gente para uma aliança nas eleições majoritárias e/

ou proporcionais dos anos seguintes, através de uma festa, não soa como algo totalmente improvável.

Mas – destaque-se –, apesar de plausíveis, não temos provas para *nenhuma* hipótese aqui aventadas. Por isso, o rigor nos obriga a mantê-las como tais – como meras hipóteses –, sem promovê-las a verdades históricas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASTURIAN, Marcos Jovino. *Em busca do convencimento: disputas político-eleitorais entre pessedistas e petebistas no Rio Grande do Sul (1945-1954)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Passo Fundo, 2011.

BANDEIRA, Moniz. *O milagre alemão e o desenvolvimento do Brasil: as relações da Alemanha com o Brasil e América Latina (1949-1994)*. São Paulo: Ensaio, 1994.

BARBIAN, Nikolaus. *Auswärtige Kulturpolitik und „Auslandsdeutsche“ in Lateinamerika 1949-1973*. Wiesbaden: Springer VS, 2014.

BODEA, Miguel. *Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS, 1992.

BOJUNGA, Claudio. *JK: o artista do impossível*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.

BRIZOLA, Leonel de Moura. *Leonel Brizola: perfil, discursos e depoimentos (1922-2004)*. Porto Alegre: ALERGS, 2004.

CALIL, Gilberto Grassi. *Integralismo e hegemonia burguesa: a intervenção do PRP na política brasileira (1945-1965)*. Cascavel: UNIOESTE, 2010.

CALIL, Gilberto Grassi. Partido de Representação Popular: estrutura interna e inserção eleitoral (1945-1965). *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília: UnB, n. 5, p. 351-382, 2011.

CAMPOS, Roberto. *A lanterna na popa (memórias I)*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1994.

CARDOSO, Claudira do Socorro Cirino. *O integralismo no processo político gaúcho: a máquina partidária do PRP e seus dirigentes [1945-1965]*. Tese [Doutorado em Ciência Política] – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

CAVALHEIRO, Maria Eloisa. *Relações de poder no Estado Novo: uma permanência sui generis – o caso Albino Hillebrand*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Passo Fundo, 2004.

CAVALHEIRO, Maria Eloisa. *Imprensa e poder: o caso sui generis de Carazinho-RS*. Passo Fundo: UPF, 2005.

CAVALHEIRO, Maria Eloisa. “Sabes com quem estás falando?": elites políticas no Planalto Médio gaúcho (1930-1945). Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional) – Universidade de Santa Cruz do Sul, 2008.

CORTÉS, Carlos E. *Política gaúcha (1930-1964)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.

CRUZ, João Batista Carvalho da. *Da formação ao desafio das urnas: o PTB e seus adversários nas eleições estaduais de 1947 no Rio Grande do Sul*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2010.

DREHER, Martin N. *Wilhelm Rotermund: seu tempo – suas obras*. São Leopoldo: OIKOS, 2014.

FERNANDES, Evandro. *SOS Europa Faminta: Comitê de Socorro à Europa Faminta – SEF*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

FERNANDES, Vinicius dos Santos. *A emergência de um líder nacionalista: a atuação parlamentar de Leonel Brizola entre os anos de 1947 e 1953*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2013.

FONSECA, Mário. Coronel Theodomiro Porto da Fonseca. In: *Anais do 1º Simpósio de História da Imigração e Colonização Alemã no Rio Grande do Sul*. São Leopoldo, 1974.

GERTZ, René E. *O aviador e o carroceiro: política, etnia e religião no Rio Grande do Sul dos anos 1920*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

GERTZ, René E. A criação na escrita da História. *Letras de Hoje*, Porto Alegre: PUCRS, v. 45, n. 4, p. 54-61, 2010.

GERTZ, René E. A guerra que ainda não acabou: a população de origem alemã no Rio Grande do Sul após a Segunda Guerra Mundial. In: HEINSFELD, Adelar et al. (Orgs.). *Anais Eletrônicos do II Congresso Internacional de História Regional*. Passo Fundo: UPF, 2013a.

GERTZ, René E. Luteranos gaúchos e a política brasileira ao final da Segunda

Guerra Mundial. *Revista Brasileira de História das Religiões*, Maringá: UEM, v. V, número especial, p. 213-228, 2013b.

GERTZ, René E. O pós-guerra nas regiões de colonização alemã do Rio Grande do Sul (1945-1955). In: RAMOS, Eloisa Helena Capovilla da Luz et al. (Orgs.). *Festas, comemorações e rememorações na imigração*. São Leopoldo: OIKOS, 2014, p. 1593-1608.

GERTZ, René E. Descendentes de alemães no Rio Grande do Sul após a Segunda Guerra Mundial. In: *Anais do XXVIII Simpósio Nacional de História*. Florianópolis: ANPUH, 2015a.

GERTZ, René E. O mundo colonial gaúcho e a política regional após 1945. In: *Anais Eletrônicos do III Congresso Internacional de História Regional*. Passo Fundo: UPF, 2015b.

GERTZ, René E. Política, religião e etnia: vida religiosa nas regiões de colonização alemã do Rio Grande do Sul durante a Segunda Guerra Mundial e no imediato pós-guerra. In: ARENDT, Isabel Cristina et al. (Orgs.). *Migrações: religiões e religiosidades*. São Leopoldo: OIKOS, 2016, p. 953-967.

GERTZ, René E. A sombra da Segunda Guerra Mundial sobre o Rio Grande do Sul. In: CARVALHO, Bruno Leal Pastor de et al. (Orgs.). *Expressões do nazismo no Brasil: partido, ideias, práticas e reflexos*. Salvador: Saggá, 2018a, p. 200-217.

GERTZ, René E. As comemorações do 25 de julho de 1956, no Rio Grande do Sul. In: ZANOTTO, Gizele (Org.). *Anais do IV Congresso Internacional História, Regiões e Fronteiras* (vol. II). Passo Fundo: UPF, 2018b, p. 965-976.

GERTZ, René E. Articulações político-culturais na “colônia alemã” do Rio Grande do Sul após 1945: a Federação dos Centros Culturais 25 de Julho. In: ARENDT, Isabel Cristina et al. (Orgs.). *Migrações: perspectivas e avanços teórico-metodológicos*. São Leopoldo: OIKOS 2018c, p. 781-794.

GERTZ, René E. Os festejos dos 132 anos da imigração alemã no Rio Grande do Sul. In: RAHMEIER, Andrea Helena Petry et al. (Orgs.). *Migrações, Educação e Desenvolvimento: convergências e reflexões* (vol. 3). Porto Alegre: Fi, 2019, p. 389-408.

GOODMAN, Glen S. *From “German danger” to German-Brazilian President: immigration, ethnicity, and the making of Brazilian identities, 1924-1974*. Tese (Doutorado em História) – Emory University, Atlanta, 2015.

KLÖCKNER, Luciano. *O diário político de Sereno Chaise: 60 anos de história*. Porto Alegre: AGE Editora, 2007.

KUBITSCHKEK, Juscelino et al. *Imigração sem preconceitos*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1958.

KUBITSCHKEK, Juscelino. *Meu caminho para Brasília*. Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1974, v. 1.

MOEHLECKE, Germano Oscar. *São Leopoldo: contribuição à história da vida política e administrativa (1824-2010)*. São Leopoldo: Oikos, 2011.

MORAES, Carlos de Souza. *A ofensiva japonesa no Brasil*. Porto Alegre: Globo, 1942.

MORAIS, Fernando. *Chatô: o rei do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

NAUMANN, Hans Günther. *Se você não assumir...: recordando a caminhada de um professor de professores*. São Leopoldo: Sinodal; Novo Hamburgo: Echo, 2009.

NOLL, Maria Izabel; TRINDADE, Hélió (Coord.). *Estatísticas eleitorais comparativas do Rio Grande do Sul – 1945-1994*. Porto Alegre: UFRGS/ALERGS, 1995.

NOLL, Maria Isabel; TRINDADE, Hélió. *Estatísticas eleitorais do Rio Grande da América do Sul – 1823/2002*. Porto Alegre: UFRGS/ALERGS, 2004.

RODEGHERO, Carla Simone. *O diabo é vermelho: imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul, 1945-1964*. Passo Fundo: UPF, 2003.

SANTOS, Rodrigo Luis dos. Outras perspectivas sobre a história política regional do Rio Grande do Sul através dos acervos pessoais de Leopoldo Petry, Carlos de Souza Moraes e Theodomiro Porto da Fonseca. *Sillogés*, Porto Alegre: ANPUH-RS, v. 1, n. 1, p. 115-136, 2018.

SEYFERTH, Giralda. *Nacionalismo e identidade étnica: a ideologia germanista e o grupo étnico teuto-brasileiro numa comunidade do Vale do Itajaí*. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1981.

SILVA, Carla Luciana; CALIL, Gilberto Grassi [Orgs.]. *Velhos integralistas: a memória de militantes do sigma*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

VIZENTINI, Paulo G. F. *Relações internacionais e desenvolvimento: o nacionalismo e a política externa independente, 1951-1964*. Petrópolis: Vozes, 1995.

WEBER, Roswithia. *Mosaico identitário: história, identidade e turismo nos*

municípios da Rota Romântica – RS. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

WELLS, Milton. *50 anos da Câmara Brasil-Alemanha no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Malita Perê, 2012.

WOLFF, Martin. *Die Stellung der ethnischen Presse im Prozess der Identitätskonstruktion ihrer Leser: eine inhaltsanalytische Untersuchung am Beispiel der Brasil-Post*. Hamburgo: Verlag Dr. Kovac, 2010.